

ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De/ Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Eni Voltolini - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense que nos ouve neste momento, queremos fazer uma saudação especial ao nobre vereador de Rio Negrinho, Cleomar José Nicoletti, que foi presidente da Câmara, e ao vereador Orlando Reichardt, da antiga Valões, hoje município de Irineópolis, que está aqui juntamente com o ex-vereador Arno Denk.

Nós nos sentimos honrados com a presença de v.exas. nesta Casa e queremos dizer que este Parlamento os recebe de braços abertos. Um grande abraço, portanto, ao povo de Irineópolis e de Rio Negrinho!

O nos traz a esta Tribuna é a Lei n. 13.679/2006, aprovada pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira, que dispõe sobre:

(Passa a ler.)

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de academias de ginástica, clubes esportivos e estabelecimentos similares exibirem placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - As academias de ginástica, clubes esportivos e estabelecimentos similares ficam obrigados a exibir em suas dependências, nos locais de trânsito, permanência de alunos e frequentadores, placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes, com os seguintes termos: 'O uso de anabolizantes prejudica o sistema cardiovascular, causa lesões nos rins e no fígado, degrada a atividade cerebral e aumenta o risco de câncer'.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o responsável pelo estabelecimento às seguintes penalidades:

I - multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), a partir da notificação; e

II - suspensão temporária das atividades esportivas oferecidas pelo estabelecimento, durante o prazo máximo de 30 dias corridos, em caso de nova notificação.

Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo do Estado, através de seus órgãos competentes a correta fiscalização, com a observância das penalidades do art. 2º e seus incisos."[sic]

Então vejam como nos preocupamos com a nossa juventude e com as pessoas que praticam os esportes amadores e profissionais. Nós temos que saber o que causa em nosso organismo o uso inadequado de anabolizantes e esteróides.

Portanto, esse uso indiscriminado feito pelas academias, feito por pessoas que não tem nada a

ver com a medicina, são vendidos em casas agrícolas, que vendem agrotóxicos. Temos que ter conhecimento sobre o que estamos usando. Há pessoas, sem o mínimo de conhecimento, que são levadas por conversas daqueles que querem vender, que querem enriquecer. São pessoas sem escrúpulos que indicam anabolizantes para serem usados por outras pessoas que não estão conscientes do que acontece e quais são os efeitos colaterais dessas drogas.

Nós temos uma lei que estabelece que os donos de academias, os donos de estabelecimentos, tenham responsabilidade e avisem aos seus alunos, às pessoas que confiam na sua academia, às pessoas que lá vão e acreditam na sua academia. Portanto, orientem com clareza e não vendam drogas, não vendam porcarias nos seus estabelecimentos.

Algumas academias vendem remédios sem prescrição médica, e outras vendas que são feitas fora da prescrição médica e, principalmente, fora da prescrição das nutricionistas - quero fazer aqui a minha homenagem a elas, pois são elas que devem saber da real condição, se você deve ter um aporte de suplementos ou não -, que estão aptas a indicar suplementos vitamínicos e outras substâncias. A nutricionista está aí para fazer esse papel, e maneira como essa profissional vai orientar os seus pacientes, é muito importante. Quem frequenta academia deve fazer sua consulta com um profissional da Nutrição para ter uma melhor avaliação do seu estado físico.

Hoje, tendo em vista a Semana da Vigilância Sanitária da Assembleia Legislativa, tivemos um importante debate, do qual participaram Daniela Muniz, da Associação Catarinense de Nutrição, que representa e é coordenadora da subcomissão de Academias. Também estavam presentes Jaime Rodolfo Esser, gerente de segurança empresarial dos Correios; Adriana Salum, do Conselho Regional dos Nutricionistas; Raquel Bittencourt, a diretora da Vigilância Sanitária, que por sinal, desenvolve um grande trabalho na Vigilância Sanitária. Em seu nome, Raquel, quero saudar a todos os funcionários

da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina.

Contamos ainda com as presenças de Ricardo Goldfeder, representante de empresa que não vou citar para não fazer propaganda; Telesmagnó Neves Teles, da Anvisa; Moacir Tonet, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, e outras importantes personalidades que prestigiaram esta audiência pública, na parte da manhã, que foi muito bonita e na qual debatemos sobre uma fiscalização especial da Vigilância Sanitária sobre todos os suplementos e anabolizantes.

Neste debate, que foi feito hoje, concluímos que é importante saber, acima de tudo, a origem dos suplementos vitamínicos que a indústria está oferecendo às pessoas. Esses suplementos e os anabolizantes são prescritos para atletas em alto estágio de desenvolvimento, depois de avaliação médica feita, então, sob prescrição.

A liberação dessas substâncias para toda a população é uma falácia, um engodo. Não é preciso prescrever suplementos vitamínicos para todo mundo, pois essas lojas que vendem milagres estão totalmente erradas. Hoje vimos uma série de nomes comerciais que vendem gato por lebre, como se diz na gíria popular, vendem carboidratos por proteína, causando danos às pessoas, elas mentem para auferir lucro.

Então, cuidem com as lojas que estão vendendo suplementos vitamínicos e outras coisas mais. Saibam a sua origem! A nossa qualidade de vida está na nossa alimentação diária. Essa alimentação, sim, é que nos dá condição de vida melhor e faz com que o nosso organismo absorva as vitaminas e nos dê saúde, não essa saúde que é jogada hoje na *internet*, uma saúde mentirosa vendendo suplementos sem qualquer conotação.

Quero, por fim, pedir aos catarinenses que prestem atenção e tomem cuidado ao comprar suplementos vitamínicos em certas lojas. Está feito aqui, deputado Kennedy Nunes, a nossa denúncia!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

Agora, deputado, v.exa., dentre os 40 parlamentares, ocupa o baixo clero a partir de hoje, diante do compromisso de dar encaminhamento à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Meus cumprimentos, deputado Padre Pedro Baldissera e demais companheiros. Esta questão de baixo clero e alto clero é uma coisa mais da igreja católica!

Então, como bons cristãos, estamos todos no mesmo patamar.

Quero, deputado Neodi Saretta, fazer uma deferência à pesquisa que sairá amanhã sobre a presidenta Dilma Rousseff, porque segundo o deputado Padre Pedro Baldissera, que estava muito preocupado, os índices mostram claramente a solidificação da nossa candidata, presidenta Dilma Rousseff que, mesmo com todos os percalços e com a imprensa batendo todos os dias, está se consolidando como franca favorita. Conforme o deputado Padre Pedro Baldissera, será de 43%, inclusive com redução dos adversários.

Mas a questão é o momento em que vive o nosso país, continuando a gerar emprego e fazendo política pública. Agora em junho a nossa presidenta estará anunciando, dentro do programa Minha Casa, Minha Vida, mais três milhões de habitações para o país.

Isso mostra claramente que o momento presente é de muita reflexão. Sabemos, sim, que a sociedade à medida que se forma e constitui o ponto de vista da sua capacidade de reivindicação, acaba questionando e direcionando mais na busca de seus direitos. Porém, neste ano, que é um ano de Copa do Mundo, todos os momentos tentam denegrir o evento. Mas vimos que a inauguração do campo, onde será a abertura da Copa do Mundo, recebeu a aprovação total, o Itaquerão, do Corinthians, mesmo com chuva de pedra e tudo mais. O estádio mostrou claramente que está preparado para a abertura da Copa do Mundo.

As pessoas dizem que o Brasil não tem condições de sediar uma Copa do Mundo, deputado Padre Pedro Baldissera, mas em todas as Copas anteriores houve problemas de obras não concluídas. Na Copa do Mundo na África do Sul, com a vuvuzela e a jabulani, alguns estádios soltavam os gramados e nem por isso aquele país deixou de fazer uma belíssima Copa, mesmo com dificuldades e simplicidade.

Isso mostra claramente a possibilidade e a condição que o Brasil tem neste momento de fazer uma boa Copa do Mundo, independentemente de protestos que possam surgir. Sabemos que isso faz parte de uma sociedade democrática.

No entanto, o papel do governo é muitas vezes desvirtuar as ações dos movimentos, principalmente na questão do transporte coletivo, na segurança pública, nas questões de saúde no momento em que o Brasil está sendo visualizado pelo mundo inteiro neste evento de grande magnitude, que é a Copa do Mundo.

Também queria fazer aqui uma referência, tendo em vista a minha renúncia à Mesa Diretora para poder participar da CPI do Ministério Público. Estão tentando insistir em CPI de Casa Rosa, mas, na verdade, vamos investigar um ato que questionamos, que é a dispensa de licitação, e a má forma de aplicação dos recursos públicos pelo volume que está sendo investido nessa obra, sem abrir possibilidade para que outras empresas participem desse processo licitatório, sem ter sido feito nenhum estudo de impacto ou de mobilidade urbana local. E também porque temos convicção de que aquela área, que era de APP, está sendo usado de forma irregular, mas parece que quando é para eles serve mudar e quando é para o cidadão comum ou para um pobre agricultor, não pode se cortar uma árvore.

Quando estive em Leoberto Leal soube que havia uma obra do programa da Minha Casa, Minha Vida que teve que ser mudado de lugar tendo em vista um canal que vinha esgoto de um chiqueiro de porcos, que não podia ser deslocado, eles tinham que tubular a rua por onde passaria o acesso para o

programa Minha; Casa Minha Vida, come 120 habitações. Tiveram que mudar todo o contexto, pois não conseguiram obter autorização para tubular um córrego muito menor que esse que eles desviaram e aterram na rua Bocaiúva, onde será construído esse prédio do Ministério Público.

Hoje o procurador-geral deu uma entrevista na CBN dizendo que eu fui movido a solicitar a CPI por questões pessoais. É importante ressaltar que o Ministério Público cumpre com o seu papel ao abrir as ações, ao investigar em todos os momentos que possa haver irregularidades. E também gostaria de salientar que tenho cinco processos e não vários, como disse hoje o procurador, e entrei logo em seguida, ao vivo, no programa, para esclarecer certos fatos.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que me cabe fazer a defesa, mas, em nenhum momento sou movido por questões pessoais, principalmente sobre as questões desse processo, porque para se abrir uma CPI precisa-se de, no mínimo, 14 assinaturas, e obtivemos 18. Então, se fui movido por questões pessoais, os outros 17 deputados também foram? Em hipótese alguma!

O segundo deputado a se manifestar sobre o fato de abrirmos uma CPI foi o deputado Edison Andrino, depois, o deputado Serafim Venzon também me disse que devíamos abrir a CPI, porém, o PSDB não teve coragem de assinar esse pedido. Mas o nosso papel é investigar e se não houver nenhuma irregularidade, se estiver tudo correto, a CPI vai esclarecer os fatos, porque ela é um instrumento da democracia. Porém, estou convencido de que há incorreção nisso, assim como eu estava convencido da incorreção no contrato da Oi. Levei o caso para o Conselho Nacional do Ministério Público que disse que estava incorreto e no Pleno tomou-se a posição de cancelamento dos pagamentos. Para eles aqui estava tudo normal, mas para mim não estava e continua não estando.

Por isso, a CPI será muito transparente. Ainda hoje nos ligaram da OAB dizendo que mandarão seus representantes; ligaram também os delegados da Adepol - Associação de Delegacia de Polícia - de

acordo com a solicitação do ex-delegado Renatão, em seu último ofício assinado antes de morrer, solicitando que um delegado participasse do caso. Foi indicado o delegado Thomé, que estará chegando no horário em que estaremos nos reunindo para constituirmos a CPI que será a primeira no Brasil criada para investigar um ato do Ministério Público.

Por isso, com muita tranquilidade, reflexão e racionalidade, teremos que encaminhar à comissão esse procedimento, que é normal. O que não é normal é a CPI investigar o Ministério Público, que normalmente fiscaliza.

No mais, também concordo com v.exa., e vamos continuar firmes com a presidente Dilma, que estará vindo a Santa Catarina em breve para inaugurar obras, visitar a ponte de Laguna e também fazer um debate sobre a importância deste governo continuar para o povo brasileiro, com o povo brasileiro e pelo povo brasileiro. Parabéns a nossa presidenta!

Com certeza, as pesquisas não nos abalam. Já não nos abalavam, e agora, com os resultados que temos, estimula-nos a trabalhar cada vez mais pelo povo, que sabe que não quer voltar atrás, basta olhar o que era o Brasil antes do Lula e o Brasil após o Lula e a presidenta Dilma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Queremos registrar a presença neste Parlamento do prefeito Milton, de Itapiranga, do Partido dos Trabalhadores, que se encontra nesta Casa.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, públicos que assiste esta sessão, gostaria de concordar e me somar ao pronunciamento do deputado Antônio Aguiar quando falava a respeito dos riscos dos anabolizantes e dos produtos que se vende como suplemento alimentar em lojas e academias nesta cidade e em toda Santa Catarina.

Na comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, muito bem assessorado por uma equipe técnica, tem-se feito um debate sobre a importância dessa conscientização das escolas em todos os níveis escolares, do ensino básico ao ensino universitário. Também os profissionais da educação física, das escolas de educação em geral, dos cursos de pedagogia, os pais e mães precisam estar preocupados com essa questão, porque existe um culto ao corpo, até como uma ideologia.

Assim como ontem falávamos do culto ao automóvel, tem também o culto ao próprio corpo. E aí há atitudes de ingerir e injetar produtos que provocam um imenso mal à saúde e inclusive podem provocar a morte, mutilações e desgastes. Então, a ideia de ser bombado ou bombada, que está na cabeça dos jovens de hoje, é bastante errada. O ser humano precisa aceitar o seu corpo da forma que pode ser com a alimentação da melhor qualidade possível, sem a ingestão de nada químico ou de algo que seja antinatural ao organismo humano.

Precisamos nos conscientizar para contribuir e apelar, inclusive, em todos os espaços, nas escolas, nos centros de pedagogia, em todas as salas de aula onde existam adolescentes. Também deve ter a fiscalização, evidentemente, nas próprias academias que trabalham com essa questão.

Quero parabenizar o deputado Antônio Aguiar por ter trazido essa questão para a tribuna, que precisa ser uma preocupação cada vez maior do conjunto da sociedade.

Queria voltar a falar sobre outro culto, o culto ao carro particular, que sobrepõe todas as lógicas, todas as racionalidades, inclusive.

Evidente que a sociedade humana progrediu e avançou em termos de possibilidade de transporte, de locomoção, de velocidade, mas também tem avançado por uma situação cada vez mais traumática. Nós precisamos, sim, lamentar cada óbito e cada trauma ocorrido pela loucura do trânsito nos dias de hoje. E precisamos também refletir sobre mudanças estruturais e de consciência no conjunto da sociedade. E por que não começar pelas autoridades?

Na década de 90 havia um professor da Universidade Federal, onde eu estudava, que passou a vir para universidade de bicicleta. E confesso que eu, que sequer tinha carro na época, achava estranho um professor, que tinha carro, sair da sua cidade, que ficava a 4km ou 5km de distância, e ir até a universidade, de bicicleta. Embora, politicamente, nunca tenhamos sido afinados, mas é preciso dizer que, pelo comportamento em termos de consciência social, ambiental, ele estava na vanguarda. É cada vez maior essa consciência no interior da sociedade de requerer das autoridades a construção de ciclovias, por exemplo.

O deputado Renato Hinnig fez um projeto dizendo que o governo, sempre que fizesse uma rodovia, tinha que reservar espaço para construir uma ciclovia. Já parabeneizei v.exa., deputado Renato Hinnig, embora já tenha avaliado que virá do governo, do Deinfra, um parecer contrário ao projeto. Mesmo que se discuta isso na consciência, na hora da decisão administrativa, não acontece.

E volto ao debate sobre a ponte Hercílio Luz, porque há vários absurdos com relação à ponte. Primeiramente, ela está 32 anos fechada. Depois, praticamente todos os governos investiram dinheiro na recuperação, manutenção e preservação da ponte, dinheiro que possivelmente seria suficiente para construir outra ponte igual, deputado Kennedy Nunes. Eu fico horrorizado quando vejo especialista dizer que a ponte pode cair. Tecnologia de 80 anos atrás.

A Fundação Tupi, em Joinville, deputado Kennedy Nunes, com certeza vai ali mede e constrói todas as peças do mesmo tamanho, com a mesma espessura e com a liga metálica mais resistente, mais flexível quando for preciso e mais dura quando for preciso.

Isso é tecnologia! E não estou brigando com ninguém e nem criticando, sou apaixonado pelo desenvolvimento tecnológico que vem para melhorar a vida das pessoas. É inadmissível que a ponte possa cair porque foi usada uma tecnologia que não se faz mais e não existe mais. Existem engenheiros e indústrias de transformação em Santa Catarina

capazes de reproduzir aquela ponte tal e qual ela é, ou melhor do que ela é. E as nossas universidades, nossos engenheiros, nossas indústrias são capazes disso.

Mas se investe muito na ponte e a cada quatro anos no mês de março, ano eleitoral, o governo diz que até dezembro a ponte será aberta para transporte de veículos, o que não é verdade, porque logo em seguida é desmentida essa afirmação. De quatro em quatro anos sempre acontece dessa forma e tenho acompanhado há uns 16 anos esse discurso, mas a posição é errada.

Por que será que a ponte Hercílio Luz precisa ser recuperada para transporte de veículos, automóvel ou ônibus? Não precisa. É um erro do ponto de vista técnico, tecnológico, econômico, ambiental, social e cultural. Vai gastar mais dinheiro. A ponte Hercílio Luz precisa ser recuperada para deslocamento de pedestres e de ciclistas, no máximo, para ser uma imensa e maravilhosa passarela do estado de Santa Catarina, a única com aquelas características para revitalizar aquela região do centro.

O Parque da Luz está lá abandonado, jogado a própria sorte, e no passado queriam construir alguns prédios imensos para vender a quem tivesse dinheiro para comprar. Mas a cidade se mobilizou, impediu, e construíram o referido parque. Porém, como não queriam o parque, mas, sim, prédios, ele ficou abandonado.

Então, recuperar a ponte Hercílio Luz significa revitalizar essa região da ilha, a cabeça insular da ponte, e também a parte continental da cidade. E falam em valorizar o turismo, vivem falando disso, mas não fazem as coisas mais simples que poderiam valorizar muito o turismo e a visitação da nossa capital.

Assim, isso precisa ser refletido, a necessidade de mudar a lógica de pensamento daquelas autoridades que têm o poder e que deveriam usar os recursos e a capacidade técnica e tecnológica para o bem da cidade e da sociedade. Não quero criticar ninguém especificamente, mas precisamos renovar as consciências, não apenas nos

discursos pré-eleitorais, mas agir do ponto de vista administrativo e pensar dessa forma para um progresso diferente da sociedade, com mais qualidade de vida. É absolutamente necessário que se pense desta forma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Gostaria de fazer o registro aqui da presença dos vereadores de Guaramirim, sr. Everaldo Sprung e sr. Lourival Charles Longhi, com uma comitiva de moradores que vêm a esta capital para uma audiência no DNIT, sobre uma possível melhoria nas obras de duplicação da BR-280, que não prevê um elevado ou viaduto ou algo similar no acesso ao Poço Grande, importante região agrícola daquele município.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro deputado Carlos Chiodini.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, sr. presidente.

Queria convidar os deputados Jailson Lima, Mauro de Nadal, Edison Andrino e Sargento Amauri Soares, para as 15h, na sala das comissões, precedermos à instalação da CPI do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro. Esta Presidência aproveita também para fazer aqui, nesta Casa, o registro de presença de representantes da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia Vale

das Tradições, por vários municípios, dentre eles: Presidente Nereu, Dona Emma, Presidente Getúlio, Rio do Sul, Ibirama, Witmarsun e Apiúna, acompanhados de seus coordenadores, sra. Luzia e sr. Luiz Gonçalves.

A todos e a todas, boas-vindas a este Parlamento. Sintam-se em casa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB, mas faremos uma troca tendo em vista a ausência de vários Parlamentares, que estão na sala das comissões, participando da instalação da CPI.

Então, fará uso da tribuna o PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Saudamos os visitantes do município de Guaramirim, presentes nesta Casa.

Cumprimento também o vereador Dimas e o ex-prefeito, Braz Bilk, do município de Atalanta.

Atalanta é uma das pequenas cidades do alto vale do rio Itajaí-Açu.

E como já citamos, Santa Catarina é o estado que se destaca, nacionalmente, pelo equilíbrio socioeconômico no desenvolvimento da nossa economia. E a maior característica é a pequena propriedade e o pequeno município.

A grande maioria dos municípios são, de fato, pequenos.

Temos municípios com mais de 100 mil habitantes, mas não passam de 12, em Santa Catarina.

A grande maioria dos 295 municípios de Santa Catarina são pequenos. E esse equilíbrio é obtido porque existe uma inteiração muito grande entre o vereador, os prefeitos e as lideranças das cidades, com a população e o comprometimento para o desenvolvimento social e econômico dos seus munícipes, levando aquilo que chega ao município,

apesar de chegar menos aos pequenos municípios, em média, do que aos grandes.

Mas nos pequenos municípios o benefício acaba sendo pulverizado para mais gente.

Aqui em Florianópolis, por exemplo, quando vem um grande benefício, aplica-se na beira-mar, nas grandes avenidas, melhora-se os serviços onde há mais pessoas e onde dá mais visibilidade para a administração pública. Isso é normal e até entendemos porque ocorre esse pecado original. Mas são nos municípios pequenos que ocorre a maior capilarização dos recursos, tanto estadual quanto federal.

Então, saudamos o vereador Dimas e o ex-prefeito Braz Bilk, que, certamente, foram responsáveis, juntamente com outras lideranças, por Santa Catarina ter alcançado essa marca nacional.

Aliás, o meu município de Botuverá, que também é uma cidade pequena, com cinco mil habitantes, foi citada como a segunda cidade do Brasil com melhor distribuição de renda, com a menor diferença entre os mais ricos e mais pobres. Isso, naturalmente, tem muito a ver com a administração pública atual, com as administrações públicas que vieram antes, com a participação política dos deputados estaduais e federais, na qual também tive uma participação.

Quero saudar o nosso companheiro, deputado Jorge Teixeira, que hoje responde pela secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, que é uma secretaria com grandes desafios e por onde perpassa as ações que mais vão fazer a diferença do nosso governo Raimundo Colombo para a sociedade, que tantas vezes tem dito e que tem caprichado para fazer o melhor.

O povo que tem rosto, que tem endereço, precisa ter os benefícios das ações do desenvolvimento, da arrecadação tributária, dos benefícios econômicos que o estado de Santa Catarina possui. Isso tem que chegar a todos os habitantes do estado e, principalmente, àqueles que, muitas vezes, parecem, não têm endereços, que

nunca se vê, mas que são, justamente, os que mais precisam do estado.

Eu sei que o secretário Jorge Teixeira e o seu secretário adjunto, o dr. Rafael Palmeiras, atenderam ao pleito, ao arregaçar de mangas, do dr. Nelson Schaefer, desembargador-presidente do Tribunal de Justiça, que quer implementar, quer fazer acontecer o grande programa de Regularização Fundiária em todos os municípios de Santa Catarina, concedendo às pessoas que têm propriedades a escritura, para que elas possam usar isso como forma de buscar, franquear, obter recursos, seja na Caixa Econômica Federal ou em outros financiadores, para a melhoria da sua qualidade de vida.

Quero, ainda, saudar a prefeita de Bombinhas, Ana Paula da Silva, a Paulinha, que presidente a Associação dos Municípios da Amfri até amanhã, quando haverá uma reunião para escolher o novo presidente ou a nova presidente. Mas quero dar os parabéns para a prefeita Paulinha pelo belo trabalho que ela tem feito.

E quero de forma especial, sr. presidente, saudar o Leonardo Battistotti Nunes e o Victor Leal da Veiga, de Tijucas, e em seus nomes, saudar os muitos jovens acadêmicos, e de outras idades também, que têm participado conosco, da apresentação de projetos de lei que visam atualizar a atual realidade do *modus vivendi* e transformar isso em lei para, de fato, aproveitar os benefícios que estão disponíveis.

A *internet* hoje é uma realidade que precisamos tornar cotidiana para todos os habitantes de Santa Catarina e, por sugestão do Leonardo Battistotti Nunes e do Victor Leal da Veiga, apresentei um projeto de lei nesta Casa, que regulamenta a venda de ingressos para eventos com meia-entrada pela *internet*, sugestão que partiu desses dois estudantes, que sofrem para conseguir comprar ingressos *on-line*.

Quer dizer, hoje quem é que tem direito à meia-entrada? São os estudantes, os idosos, os deficientes físicos e os jovens de baixa renda cadastrados em programas sociais do governo

federal que, na hora de comprar o ingresso, tem que estar pessoalmente no guichê do local onde acontece o evento. Isso quer dizer que, se houver um evento em Joinville, deputado Kennedy Nunes, essas pessoas, que são beneficiárias desse programa de meia-entrada, precisam se deslocar de Araranguá até Joinville para ter o benefício da meia-entrada.

Pela *internet* vende-se a entrada inteira. Então, por que não vendem também a meia-entrada? E estão justamente se aproveitando, diríamos assim, da situação, porque não é vantajoso para ninguém fazer um deslocamento tão grande para comprar o ingresso com o benefício do estudante, do idoso e do deficiente.

Por isso, apresentei um projeto de lei para o qual peço o apoio dos nobres pares deputados desta Casa para dar agilidade e transformá-lo em lei e permitir que os estudantes e todos aqueles que têm esse direito possam comprar a meia-entrada pela *internet*. E quando forem lá, no dia de evento, na hora de apresentar o bilhete, deverão mostrar um documento justificando o benefício. Por que eles apenas podem comprar as entradas lá no guichê do evento? Por isso, sr. presidente, ao tempo em que saúdo, de forma muito carinhosa, o sempre deputado Décio Góes e agora prefeito - e obrigado por sua presença -, quero pedir o apoio dos nobres pares a esse projeto para que os catarinenses possam usufruir do benefício da meia-entrada, podendo comprar esse ingresso pela *internet*.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e também pessoalmente aqui na Casa, eu, com muito orgulho, participo desta sessão em que quero fazer

o registro de que, neste momento, está sendo feita a abertura, em Joinville - e o deputado Darci de Matos está lá representando a Assembleia Legislativa -, da ExpoGestão, que é uma ação dos jovens da Associação Comercial e Industrial de Joinville - Acij - que traz uma série de palestrantes sobre gestão tanto público como privada. E neste momento o governador Raimundo Colombo está fazendo a assinatura da lei, que esta Casa aprovou, da pequena e microempresa.

Acho que é em ações como essa que o governo se coloca ao lado do micro e pequeno empreendedor. Todos já sabem da importância que têm o micro e pequeno empreendedor na empregabilidade e no exercício das suas funções. Na verdade, são eles que mantêm a empregabilidade deste país.

Neste momento, o governador Raimundo Colombo, na abertura da ExpoGestão, está fazendo a sanção dessa lei importante que esta Casa aprovou com o apoio de todos os parlamentares e que instituiu esse apoio às pequenas e microempresas.

Gostaria também de fazer um registro, aproveitando que o governador Raimundo Colombo está agora em Joinville, e ele, com certeza, deputada Luciane Carminatti, vai-se surpreender, porque Joinville novamente passa por uma nova greve dos funcionários públicos municipais.

É interessante a birra do prefeito Udo Döhler em não querer colaborar com as reivindicações que o sindicato da categoria municipal faz. Imagina uma greve no município, o transtorno que causa na saúde, na educação e em todos os setores, aos cidadãos.

Eu penso que o prefeito Udo Döhler, com essa retranca, com essa intransigência em ceder às reivindicações dos servidores municipais, mostra exatamente o que ele faz na sua vida, porque quando um prefeito municipal abre mão do seu próprio salário, qual é a responsabilidade ou a atenção que este prefeito vai dar com relação ao salário dos funcionários? Sendo que com o dele mesmo ele não está nem aí, ele não recebe mesmo!

Só que, prefeito Udo Döhler, o servidor público de Joinville depende do salário que a

prefeitura paga. O servidor público de Joinville depende do vale alimentação que a prefeitura dá e que é muito baixo. O servidor de Joinville depende disso, se o senhor não depende do salário da prefeitura, porque é rico, milionário, mas o servidor depende. E assim como o servidor depende do salário da prefeitura, o munícipe depende do serviço dos servidores da prefeitura municipal de Joinville.

Portanto, venho aqui pedir para que a prefeitura aceite, converse, ceda um pouco mais com relação aos pedidos da categoria municipal para que eles possam ter, sim, valorizados, os seus trabalhos. Volto a dizer, se o prefeito de Joinville não quer saber do salário, mas o servidor depende desse salário. E é por conta disso que venho aqui pedir para que a prefeitura atenda e faça essa negociação com os servidores municipais.

E por último, gostaria de falar mais uma vez aqui com relação ao assunto que trouxe ontem, sobre a prefeitura ter reclamado do Badesc, que não está liberando o financiamento no valor de R\$ 20 milhões para asfaltar 102 ruas. Na verdade não é asfaltar, é recapear, fechar um pouco os buracos. E a prefeitura, os bocas alugadas, tanto na Câmara de Vereadores, da prefeitura, como também de alguns setores da comunicação, quiseram colocar em xeque as informações que eu trouxe ontem aqui sobre o Badesc, deputado Padre Pedro Baldissera.

E passei vergonha, ontem, segunda-feira, quando fui cobrar do Badesc essa situação, prefeito Décio Góes, porque o nosso prefeito fez uma chamada de capa no jornal *ANotícia*, dizendo que a culpa dos buracos na cidade é porque o Badesc não tinha liberado o financiamento de R\$ 20 milhões daquele juro zero, e eles me mostraram por e-mail, e com toda documentação, que o problema não é do Badesc, e que há dois problemas.

Em primeiro lugar, a Secretaria Nacional do Tesouro não liberou os recursos porque a prefeitura não conseguiu entregar as quatro negativas: uma delas, com prazo de 30 dias, do

Fundo de Garantia; as outras duas, com prazo de 60 dias; e outra, 180 dias. A prefeitura não conseguiu vencer a parte burocrática das certidões. Ora, se eu tenho quatro certidões para entregar, eu começo a tirar aquela com o prazo de validade maior, mas eles fizeram o contrário. Aí quando eles conseguiram fechar as quatro, virou o exercício de 2013 para 2014 e o Badesc mandou um e-mail à pessoa responsável, lá de Joinville, no dia 08 de janeiro, dizendo: "Olha, virou o ano." Sabe quando eles foram dar sinal de vida novamente? Somente no dia 13 de março. Aí vem culpar agora o Badesc? Se eles não conseguem vencer a questão das certidões lá na Secretaria do Nacional do Tesouro?

E pior, deputado Décio Góes, v.exa. que já foi prefeito de Criciúma e agora é prefeito do Balneário Rincão, é difícil fazer um projeto de recapeamento de rua? Não é asfaltar, colocar base sobre base. Não. Apenas recapear, botar o asfalto.

Se a sua equipe técnica levasse um ano para fazer o projeto e depois levasse mais quatro meses para fazer as readequações do recapeamento de rua, o senhor colocaria a culpa em quem? No Badesc?

Por que não assume a responsabilidade, que a equipe é incompetente e não consegue fazer o projeto de recapeamento de rua. As ruas estão esburacadas e eu tendo que passar uma vergonha lá no Badesc, que provou por documentos que a culpa hoje, é, na Secretaria Nacional do Tesouro, da Prefeitura de Joinville, que não consegue vencer a questão das certidões; e da parte técnica da prefeitura, que não consegue devolver as readequações dos projetos de recapeamento de ruas em Joinville.

Então, coloca a culpa no Tribunal de Justiça, na Promotoria Pública, dizendo que não deixam governar, e na Oposição, alegando que trancam a reforma administrativa. Sabe qual é a reforma administrativa que ele está fazendo? Está extinguindo a Fundação Municipal de Meio Ambiente. Todos os municípios querem fazer o contrário, mas ele está extinguindo a Fundema - Fundação Municipal de Meio Ambiente -, para colocar junto

com a Seinfra, porque diz que a Fundema não funciona. Como se extinguindo uma autarquia e colocando outra secretaria fosse fazer funcionar a coisa!

E o recurso que perdemos com a produção da Fundação Municipal de Meio Ambiente? Essa é a grande reforma administrativa que o prefeito Udo Döhler faz. Ele faz uma licitação de máquinas errada, a Justiça manda bloquear; não consegue nem reativar o estacionamento rotativo, há um ano e meio parado porque está na Justiça; os semáforos e os radares eletrônicos também estão todos parados, ele transformou operador de máquinas em motorista normal, porque ele ia fazer uma licitação de máquinas para fazer a manutenção das ruas, fez a licitação de forma errada e o Tribunal de Justiça cancelou a licitação. Agora não tem operador de máquinas na prefeitura do prefeito Udo Döhler!

Isso é o que nós estamos passando lá. Incompetência brutal e os servidores estão passando dificuldades. O dinheiro do Fundam, eu destinei R\$ 2,5 milhões para Joinville, dos R\$ 3 milhões que todos os deputados tinham direito, mas a prefeitura só fez o cadastramento e até agora não entregou sequer os projetos para isso.

De quem é a culpa? A duplicação da Santos Dumont - o deputado Valdir Cobalchini está aqui e sabe muito bem como está lá -, está precisando que sejam feitas as desapropriações, que é responsabilidade do município. Agora eu leio que o prefeito está pedindo também para o estado pagar.

Aliás, há uma frase que a gente está ouvindo muito lá em Joinville, deputado Valdir Cobalchini: "Se não fosse o governador Raimundo Colombo, Joinville não tinha uma pá virando cal lá agora."

Quero aqui nesta tribuna dizer, mais uma vez, obrigado governador Raimundo Colombo, porque o senhor tem sido um prefeito para Joinville. Muito mais do que o próprio Luiz Henrique. Meu Deus, longe do Luiz Henrique!

Luiz Henrique foi governador oito anos e não colocou, sequer, uma câmara lá, nem substituiu as últimas 40 que o Esperidião colocou quando foi governador. Agora, o governador Raimundo Colombo

está mandando cento e poucas câmeras para lá. Não teve uma construção de escola nova durante os oito anos do governador Luiz Henrique, lá em Joinville. Mas agora estamos fazendo escolas novas lá em Joinville.

Se não é o governador Raimundo Colombo dar alguma coisa, como o asfaltamento da Albano Schmidt, da Tuiuti, o binário do Vila Nova, a duplicação da Santos Dumont, a extensão da Benjamin Constant, e uma série de obras que o governo do estado está fazendo lá. Se não fosse o governo do estado fazer nem manutenção das ruas tinha.

Sabia dessa, deputado Valdir Cobalchini, que o prefeito de lá fez uma licitação de máquinas e foi parar na Justiça e lá ficou. Aí os operadores de máquinas, que ele transformou em motoristas, não podem mais dirigir as máquinas da prefeitura, e as ruas estão todas esburacadas sem ter condições de fazer o ensaibramento e passar a patrôla nas ruas! Sabe quantos quilômetros temos de ruas sem pavimentar em Joinville? Quinhentos quilômetros. Que estão totalmente abandonados pela incompetência do governo lá de Joinville.

É uma lástima eu vir aqui dizer que conseguimos tanto recurso para Joinville, que destinamos tanto recurso para Joinville, mas que a equipe de Joinville está deixando a desejar, não consegue fazer os projetos, as readequações, não consegue levar as certidões negativas para o governo federal conseguir a liberação da Secretaria Nacional do Tesouro. É uma vergonha! É uma vergonha! E ainda mais agora que todos os funcionários de Joinville estão em greve! É isso que o governador vai ver lá em Joinville, os funcionários em greve e um prefeito que só diz: cobra, cobra, cobra.

Mas, governador Raimundo Colombo, aproveita e diz para o prefeito Udo Döhler: Dá uma ajeitada na parte técnica porque assim não vai dar certo. Talvez o prefeito não tenha culpa, mas pelo fato de ele manter os incompetentes lá, em amarrar o município dessa forma, ele passa a ser porque é o ordenador de despesa.

É uma pena ter que fazer este registro mais uma vez aqui. Mas para comprovar o que estou falando, foram informações que o Badesc me passou e estão todas lá para quem quiser verificar a veracidade desses fatos.

Muito obrigado, senhor presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra, com muita alegria, a presença do ex-prefeito de Criciúma, ex-deputado e atualmente prefeito de Balneário Rincão, Décio Góes, que nos honra com sua presença neste Parlamento. Que bom v.exa. estar aqui em nosso meio dando um testemunho muito forte, muito grande como prefeito.

Boas-vindas, deputado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente! Também quero cumprimentar o prefeito Décio Góes que está conosco nesta sessão ordinária.

Quero ainda registrar, mais uma vez, sr. presidente, que muito nos honra a visita nesta Casa da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia Vale das Tradições, que são representadas, incorporadas pelos municípios de Presidente Nereu, Dona Emma, Presidente Getúlio, Rio do Sul, Ibirama, Witmarsum e Apiúna, sob a coordenação da sra. Luzia e também do sr. Luís que já estiveram nesta Casa apresentando seus produtos e estão novamente no dia de hoje, principalmente para pedir o apoio deste Parlamento da Lei n. 14.361/2008, que votamos nesta Casa, sancionada pelo governador, na época, Luiz Henrique da Silveira, mas que infelizmente, sr. presidente, ainda não está regulamentada.

E hoje mesmo em contato telefônico com o secretário da Agricultura, sr. Airton Spies, que prometeu receber essa comissão numa data muito próxima para que seja regulamentada pelo governo,

porque essa legislação dá segurança a esses agricultores desse maravilhoso projeto da Acolhida na Colônia, que é a permanência do homem e da mulher no campo.

Além disso, a Acolhida na Colônia gera também renda a esses agricultores familiares que fazem um belíssimo trabalho também desenvolvendo o turismo rural.

Então, muito bem-vindos a todos e a todas que vieram a este Parlamento pedir apoio aos srs. deputados e sras. deputadas para que possamos votar a moção no dia de hoje para regulamentar essa lei.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Eu quero fazer o registro da presença de dois amigos prefeitos, de Galvão, Neri Pederssetti, e o prefeito de Jupiá, bem como amigos de Galvão e de Jupiá que aqui acompanham os prefeitos.

Ouvia também aqui o pronunciamento do deputado Kennedy Nunes, que se referiu ao prefeito de Joinville, Udo Döhler, com 74 anos de idade, um empresário bem sucedido, que inclusive abriu mão de seus vencimentos, e que está doando-se para Joinville. Penso que a sua história na cidade é a garantia do zelo com que tem tratado dos recursos públicos, mas também de um mandato eficiente. Não tenho nenhuma dúvida de que ao final de seu mandato Joinville vai aplaudi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos o próximo horário pertence ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, estimado

prefeito Décio Góes, ex-deputado e agora prefeito do Balneário Rincão, saudamos também o prefeito de Galvão e todas as demais lideranças em nome dos citados que estão acompanhando esta sessão.

Quero nesta tarde abordar o tema sobre telefonia. Primeiramente, a questão aqui da telefonia em Santa Catarina e da *internet* rural e depois sobre a telefonia de maneira geral no estado, que foi objeto aqui nesta Casa de uma CPI, pois a telefonia em Santa Catarina tem deixado bastante a desejar. Precisa de uma melhora muito grande. E inicio falando do programa de telefonia e *internet* rural que avançou pouco aqui em Santa Catarina. Um programa que foi de telefonia fixa e *internet* no meio rural lançado pela secretaria de estado da Agricultura em 2008, que, infelizmente, avançou pouco.

O objetivo do governo era oferecer esses serviços a todos os municípios catarinenses, mas somente 20 municípios se inscreveram. Desse total, dois pediram a troca do investimento, que é de R\$ 100 mil por município, por outro com a compra de patrulha mecanizada, e outros cinco perderam o recurso, porque não cumpriram o prazo de seis meses para implantar o serviço. Enfim, apenas 13 conseguiram instalar abrangendo entre 150 a 200 famílias que, atualmente, utilizam telefone ou *internet*, ou os dois, já que as prefeituras podem optar por um ou por outro.

Para atender esses municípios, oito empresas, a maioria com infraestrutura a rádio, foram homologadas pela Anatel. Cada usuário paga R\$ 50 mensais, em média, com pouco uso para ligações convencionais. O governo do estado havia anunciado R\$ 29 milhões em recursos do tesouro estadual para aplicar no programa, mas até agora desembolsou apenas R\$ 2 milhões. Segundo declarações do gerente de tecnologia informática e governança eletrônica da secretaria da Agricultura, outros 25 municípios se inscreveram e estão em fase de implantação. Por isso, mais R\$ 2,5 milhões estão para serem viabilizados para a secretaria da Fazenda para ampliar o programa, ou seja, é lamentável que tenha avançado pouco, porque nós

comemoramos aqui ontem o lançamento do Plano Safra 2014/2015 e estamos na expectativa de uma safra de 200 milhões de toneladas de grãos. E um dos motivos é o aumento de recursos para a safra, mais exaltei muito, acima de tudo, o agricultor pela sua força e pelo seu trabalho.

Quando falamos em incentivo à agricultura temos que também falar do incentivo à permanência no meio rural do jovem, do acesso às informações. Hoje, a *internet* está popularizada, mas precisamos avançar nesse aspecto no meio rural.

No país existem cerca de 70 milhões de aparelhos celulares. Mas havia um programa em Santa Catarina para o avanço da *internet* rural, e, infelizmente, como demonstrei aqui, poucos municípios acessaram a esses recursos. Praticamente o que se falava com relação a universalizar a *internet* para todos os agricultores acabou não se concretizando. Como disse aqui, apenas 13 municípios acessaram a esse programa de *internet* no meio rural.

Entendemos que o governo deve fazer um esforço redobrado para ver porque os municípios não se inscreveram, se não houve interesse pelas condições, pelo custo ou se por alguma outra razão, ou por falta de uma efetiva divulgação. Mas, precisamos que haja de fato a *internet* e também a telefonia fixa no meio rural.

Justamente por falar em telefonia, quero, na segunda parte do meu pronunciamento, referir-me aos problemas da telefonia em Santa Catarina. Temos recebido toda a semana, bem como os deputados também, reclamações vindas das cidades do interior sobre a falta de sinal, principalmente da telefonia móvel. Em caso de emergência ficam os municípios sem ter como pedir ajuda.

Somente neste ano já encaminhamos vários requerimentos de pedido de instalação de antenas de telefonia em municípios de Santa Catarina. Ontem, mesmo falei do distrito de Tamanduá, no interior de Concórdia. Apresentamos, dias atrás, o pedido para o município de Seara, Monte Carlo. Estamos encaminhando outros pedidos, inclusive

para Nova Teutônia e Caraíba. E poderia citar uma série de outros municípios.

No ano passado tivemos uma CPI em Santa Catarina que analisou a questão da telefonia móvel - prefeito de Galvão, que está presente neste plenário com sua equipe, a quem cumprimos, em cuja região também há problemas com a captação de antenas de celular - e houve a assinatura de um termo de compromisso por representantes das operadoras para a melhoria da telefonia móvel em Santa Catarina, mas infelizmente continua um nível de reclamação muito grande.

Estamos trazendo esse assunto para fazer mais uma vez um apelo às empresas de telefonia móvel para a expansão do serviço e não apenas para a melhoria da qualidade. Reconhecemos o esforço que está sendo feito em muitas cidades, mas que olhem para os pequenos municípios do interior do estado.

Esses municípios, aos quais me referi ontem, responsáveis pela safra de 200 milhões, orgulham-nos com sua produção, mas mais do que isso dão alimento ao povo brasileiro. Para essas comunidades, a telefonia móvel é um dos principais requisitos. Portanto, deixamos registrado o apelo para que as empresas de telefonia possam fazer a expansão e levar para lá o serviço.

Quanto à *internet* no meio rural, esperamos que o governo do estado faça um programa que de fato beneficie a todos os municípios e não apenas aqueles 13 municípios que o acessaram, uma vez que a grande maioria dos municípios ficou sem o acesso à *internet*. Se quisermos de fato que a agricultura seja prioridade, nós temos que dar condições para o agricultor. Não é apenas abrir estradas, também tem a questão do preço do produto, do incentivo e também desses mecanismos de comunicação, como a telefonia e a *internet* que são tão vitais hoje no atual estágio que vive a nossa sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados PP.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero saudar o vereador Lulu, nosso amigo, do município de Araranguá, grande liderança, que está nos visitando hoje. Quero aproveitar também para registrar a presença do Cristian Martins, jornalista; do pastor da Assembleia de Deus, Marcos Carré; da Mara Regina, que é assessora; Lavínio Botelho; Paulo José de Souza e também dos vereadores e presidente da Câmara do município de Cunha Porã; também o Ferrão, presidente do PSD do município de Penha.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro.

Esta Presidência também deseja as boas-vindas aos visitantes.

Com a palavra o sr. deputado Eni Voltolini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados.

Gostaria falar sobre duas ou três questões. A primeira é de origem pessoal. Nós hoje estamos tendo a alegria de receber pessoas que vão muito ao encontro daquilo que os deputados, José Milton Scheffer e Neodi Saretta, têm falado sobre a agricultura.

Lembro-me que no primeiro período que aqui estive, de 94 a 98, este plenário aprovou a primeira lei brasileira que tratava da comercialização de produtos de origem artesanal. Durante um ano e meio esta Casa debateu como os pequenos agricultores, de pequenas propriedades, poderiam fazer com que os produtos de excelência, de qualidade comprovada, que produzem, pudessem transpor a fronteira do seu município já que a legislação, principalmente da vigilância sanitária, coibia a possibilidade de que produtos de origem artesanal pudessem ser comercializados que não nas tradicionais feiras que são até hoje

realizadas nos municípios. E esta Casa aprovou a primeira lei brasileira da comercialização de produtos de origem artesanal.

E hoje estamos vendo um pouco do reflexo disso aqui no *hall*, no saguão da nossa Assembleia entidades provindo do alto vale do Itajaí, apresentando produtos refinados, cosméticos. Conversei com os coordenadores da Associação de Presidente Nereu e disse a eles que gostaria muito de adquirir esses produtos e oferecer a cada parlamentar que estivesse aqui no Plenário naquele momento.

Assim, em seguida, colocaremos a frente de cada cadeira, ao lado de cada *notebook*, algo que vocês irão se encantar, que são os nossos agricultores que fazem, produtos comparados ao O Boticário, Natura, que os deixarão surpresos. E também será oferecido ao pessoal de apoio aqui da Casa para que levem para suas casas.

Assim, como já os conheço há muito tempo, fico muito feliz que Santa Catarina desponte nessa questão. E a bancada do PP se junta a essa comemoração, desejando as boas-vindas a essas pessoas que se reuniram em associação.

Também quero prestar contas em nome do PP do contato que mantivemos com o secretário de estado da Comunicação de Santa Catarina, abordando um pleito que será apresentado aqui através de uma indicação e submetido aos srs. parlamentares, para o qual espero, de antemão, a acolhida e aprovação no sentido de construir no nosso estado uma manifestação organizada, contundente, um processo de comunicação para as questões do trânsito, pois ao parlamentar não cabe esmorecer diante de qualquer luta por mais difícil que seja. Refiro-me à questão que traz para Santa Catarina a liderança em um *ranking* que o nosso estado não poderia estar: um dos primeiros lugares em acidentes de trânsito no Brasil.

Assim, queremos que a área da comunicação organize um processo que vá pela linha da educação, a fim de nos conscientizar que não é mais possível isso, bem como não é mais possível imaginar o cenário sabidamente existente na

próxima leitura de um jornal, ou ouvirmos uma televisão ou rádio para anunciar, quem sabe, que um amigo nosso ou alguém muito próximo a nós foi vitimado por essa loucura que está acontecendo no trânsito de Santa Catarina.

Sabemos que temos problemas com relação à infraestrutura viária, que há uma sinalização inadequada nas nossas vias, que há uma precariedade de fiscalização também e, por isso, cobrava da Polícia Militar para que fique mais atenta e faça, de forma continuada, o trabalho de vigilância e de *blitz* para que possamos reduzir consideravelmente aquilo que hoje tanto nos incomoda.

Essa luta de Santa Catarina não pode parar. Esse é um compromisso da nossa Assembleia e espero poder contar com todos. Essa luta não é minha, não é do PP, é uma caminhada em direção à vida e em respeito à paz no trânsito.

Já está sendo colocado sobre as suas mesas de trabalho os produtos artesanais e espero que vocês reconheçam que cada vez mais Santa Catarina tem excelência nos produtos e que a procedência deles é de onde menos se espera, recônditos locais, mas estão fazendo a diferença em favor da qualidade. E hoje vamos poder experimentar isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação o deputado Eni Voltolini.

Deputados e deputadas, teríamos mais duas manifestações, mas tendo em vista o encaminhamento da CPI e as comissões estarem reunidas, esta Presidência, suspende a presente sessão até as 16h, quando adentraremos na Ordem do Dia.

Está suspensa a presente sessão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0081/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0576/2013.

Não há emendas à votação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0037/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a disponibilização de recipientes apropriados para recepção de bitucas de cigarro em lugares públicos abertos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Turismo e Meio Ambiente e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0259/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que institui o mês estadual, intitulado Agosto Azul, de dedicação ao desenvolvimento de ações de prevenção e conscientização à saúde do homem, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Parabéns, deputada Dirce Heiderscheidt, pela preocupação que v.exa. tem demonstrado também à causa da saúde do homem catarinense.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0116/2014, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Brusque (centro de inovação).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0091/2014, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que declara de utilidade pública o Lar Francisco de Paula Cândido Xavier - Lar Chico Xavier, de Biguaçu.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Temos matérias *ex-officio* e, com a aquiescência dos srs. líderes partidários, esta Presidência as submeterá à discussão e votação.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0111/2014, de procedência governamental, que altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual 2012-2015, aprovado pela Lei n. 15.722, de 2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0112/2014, de procedência governamental, que autoriza a criação de unidade orçamentária e abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecep/SC) (R\$ 51.067.741,45).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, trata-se de dois projetos importantes e como a assessoria da Mesa nos informa que há outros projetos de lei para serem votados em redação final, juntamente com a deputada Luciane Carminatti, requeremos a v.exa. para que faça o encerramento da presente sessão e convoque outra imediatamente para posterior votação da redação final dos projetos aprovados na presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)- Deputado Marcos Vieira, esta Presidência testemunhou juntamente com outros parlamentares na ausência do deputado Aldo Schneider, ausência momentânea, v.exa. e a deputada Luciane Carminatti exerceram *ad hoc*, com muita competência, a liderança do governo pela preocupação que v.exas. e esta Casa têm com a aprovação dessas matérias

que não aprovadas hoje poderiam inviabilizar o ingresso de recursos substanciais ao estado de Santa Catarina.

Portanto, atendendo ao encaminhamento de v.exa. e da deputada Luciane Carminatti, com a aquiescência dos demais líderes e demais parlamentares, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 16h9.

Está encerrada a presente sessão.